



TRE
PARANÁ

CONTRATO Nº/2025

PAD 19696/2024

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ E A EMPRESA

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações pertinentes, e em conformidade com a proposta de preços vencedora do Pregão Eletrônico nº. /2025, regularmente autorizada pelo ordenador de despesas, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, nº, bairro, CEP:, telefone:, e-mail:, neste ato representada por, doravante denominada **CONTRATADA**; têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a **prestação de serviços de engenharia de manutenção preventiva e corretiva de elevadores de passageiros, cargas e plataforma para cadeirantes**, incluindo a reposição de toda e qualquer peça, e materiais e acessórios já instalados, caso haja necessidade, visando atender às necessidades do **CONTRATANTE**,

conforme especificações descritas no Termo de referência anexo a este Contrato.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições descritas no Edital de Licitação, Termo de Referência – Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 - Sobre o regime de execução, nos termos do art. 6º da Lei nº. 14.133/2021, inciso XXVIII, o objeto será executado sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E RECEBIMENTO DO OBJETO

2.1 - Dos Equipamentos Existentes:

Item	Equipamento	Quant. (unid)	Local instalado	Marca	Paradas	Tempo de uso aproximado
1	Elevador de passageiro	1	Sede TRE/PR	Otis	3	26 anos
2	Elevador de passageiro	1	Sede TRE/PR	Rays	3	28 anos
3	Elevador de passageiro	1	Sede TRE/PR	Kone	4	45 anos
4	Elevador de carga (Dep. Patr.)	1	Sede TRE/PR	Equibrasil	2	12 anos
5	Elevador plataforma cadeirante	1	Sede TRE/PR	Portac	2	10 anos
6	Elevador de carga	1	Sede TRE/PR	Fiel	2	26 anos
7	Elevadores de passageiro	2	Fórum Eleitoral de Curitiba	Atlas Schindler	3	16 anos
8	Elevador de carga	1	Fórum Eleitoral de Curitiba	Fiel	2	14 anos

2.2 - As especificações quanto a prestação dos serviços e demais condições estão discriminadas no Termo de Referência – Anexo I.

2.3 - Tanto a entrega quanto o recebimento do objeto ocorrerão conforme prazos e condições estipuladas no Termo de Referência – Anexo I.

2.4 - Do local de prestação dos serviços:

2.4.1 – Os serviços deverão ser prestados na sede do CONTRATANTE, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 - Prado Velho e no Fórum Eleitoral de Curitiba, na Rua João Parolin nº 55 - Prado Velho, no horário das 12h às 19h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Manutenção Predial, por meio dos telefones (41) 3072-4811.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1- Incumbe ao CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência – Anexo I, edital e seus anexos e deste instrumento contratual;

II - Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

III - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, DA PROTEÇÃO DE DADOS E DA SUSTENTABILIDADE

4.1 - As obrigações e responsabilidades da contratada, as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, bem como as regras de sustentabilidade para o presente contrato estão discriminadas no Termo de Referência – Anexo I, que é parte integrante deste contrato.

4.2 - A CONTRATADA deverá manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

4.3 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **30 (trinta) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser extinto nos termos da lei, ou prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho Resumido nº;

Notas de Empenho:, emitidas

Elemento de despesa:

Categoria Econômica: Custeio;

Código do SIASG: **3557**

CLÁUSULA SÉTIMA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato, o valor total estimado de R\$ (.....), com pagamentos mensais, conforme a seguir discriminado:

ID	Descrição	Quantidade	Preço Mensal (unitário)	Preço Total 30 MESES
A	Manutenção do elevador de passageiro marca Otis	1 (um) elevador		
B	Manutenção do elevador de passageiro marca Rays	1 (um) elevador		
C	Manutenção do elevador de passageiro marca Kone	1 (um) elevador		
D	Manutenção do elevador de carga (Dep. Patr.) marca Equibrasil	1 (um) elevador		
E	Manutenção do elevador plataforma cadeirante marca Portac	1 (um) elevador		
F	Manutenção do elevador de carga marca Fiel (Sede)	1 (um) elevador		
G	Manutenção dos elevadores de passageiro marca Atlas Schindler	2 (dois) elevadores		
H	Manutenção do elevador de carga marca Fiel (Fórum)	1 (um) elevador		
Valor total para os 30 (trinta) meses de contratação				

8.1.1 - Conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado – IMR, Anexo V, ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, nos termos constantes deste Contrato e do Termo de Referência - Anexo I.

8.1.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e quaisquer tributos que incidirem sobre o objeto, de acordo com os normativos legais aplicáveis ao objeto da contratação.

8.2 - Do documento fiscal:

8.2.1 - O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR, na Seção de Manutenção Predial, através dos e-mails: semp@tre-pr.jus.br, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

8.2.1.1 - O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

8.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do CONTRATANTE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores mensais e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

8.3 - Das condições do pagamento:

8.3.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, de acordo com o item 7 do Termo de Referência – Anexo I, e somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme procedimentos determinados pelo CONTRATANTE.

8.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

8.3.2.1. - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

8.3.2.2 - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

8.3.2.3 - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

8.3.3 - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.4 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 8.2.1.2.

8.3.4.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

8.3.5 - O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

8.3.6 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA: Na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$:

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

8.4 - Da regularidade fiscal:

8.4.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do CONTRATANTE, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

8.4.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

8.4.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

8.4.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

8.4.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/02/2025, nos termos do artigo 25 § 7º da Lei nº 14.133/2021.

9.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.2 - Na aplicação das sanções serão considerados (as) (art. 156 § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3. - As condutas de natureza LEVE são passíveis de ADVERTÊNCIA e àquelas de maior gravidade aplicam-se as MULTAS, conforme a seguir determinado.

a) ADVERTÊNCIA

Relação de descumprimentos	
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso na entrega de documentos solicitados
3	Falta de retorno às comunicações do TRE pelo preposto;
4	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento a qualquer momento, limitada a 3 (três) ocorrências.
5	Não emitir a nota fiscal dentro do prazo;
6	Encaminhar nota fiscal com falta de documento;

b) MULTAS: A sanção de multa será aplicada nos casos previstos pelo art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Obs.: esta tabela será utilizada quando o percentual de glosas do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – Anexo V – for superior a 20% (vinte por cento) no mês.		
Graduação da sanção	Descumprimentos	Dosimetria e base de incidência
MÉDIA	b.1. Multa de mora pelo atraso na execução dos serviços de manutenção preventiva de cada mês, limitada a 10 (dez) dias corridos. Após esse prazo, será considerada infração GRAVE.	1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato
	b.2. Multa de mora pelo atraso, superior ao prazo limite estabelecido pelo fiscal/gestor para a conclusão dos serviços de manutenção corretiva . Após esse prazo, será considerada infração GRAVE.	1,5% (um por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato
	b.3. Atraso na apresentação da ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), conforme item 3.2.24 do Termo de Referência – Anexo I, com limite de 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado fato grave, sujeito à respectiva sanção.	2,0% (dois por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato
	b.4. Multa de mora pelo atraso no atendimento a situações de emergência limitada a 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, será considerada infração GRAVE.	2,5% (dois e meio por cento) por hora pelo atraso, sobre o valor mensal do contrato
	b.5. Não respeitar o prazo de atendimento de chamados definido no contrato, conforme previsto no item 1.5.4 do Termo de Referência – Anexo I.	10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato.
	b.6. Atraso reiterado na entrega da Ordem de Serviço/Atestado , emitido na finalização dos serviços, conforme especificações do Termo de Referência.	
	b.7. Prestação dos serviços em desacordo com o solicitado ou pela recusa em refazê-los quando constatado que não atendem às características exigidas.	3% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
	b.8. Descumprimento às obrigações das normas de sustentabilidade estipuladas no presente instrumento	
GRAVE	b.9. Atrasos na execução e nas condições contratadas acima dos prazos limites determinados nos itens “b1, b2, b3 e b4” da graduação MÉDIA, será caracterizado Inadimplemento GRAVE.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato

Obs.: esta tabela será utilizada quando o percentual de glosas do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) – Anexo V – for superior a 20% (vinte por cento) no mês.		
Graduação da sanção	Descumprimentos	Dosimetria e base de incidência
	b.10. Descumprimento à obrigação do fornecimento/instalação de peças ou componentes novos, originais e recomendados pelos fabricantes, com recusa à substituição. Caso acarrete danos aos equipamentos, o fato passará à condição de gravíssimo.	
	b.11. Não observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).	
GRAVÍSSIMA	b.12. Paralisação ou abandono total da prestação dos serviços, que impliquem extinção unilateral da contratação.	20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato
	b.13. Inadimplemento total do contrato.	

10.4 – Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração.
- b) inexecução total do contrato.
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

10.5 – Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa.
- b) praticar ato fraudulento.
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013.

10.6 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

10.7 - A aplicação das sanções previstas não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.8 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

10.9 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

10.10 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.11 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.11.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

10.12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (se houver) ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

10.13 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.14 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.15 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 - Ficará o presente contrato extinto, a juízo do CONTRATANTE, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 - Poderá também ser causa de extinção contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente termo, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2025.

.....

Representante Legal

P/ CONTRATADA

Solange Maria Vieira

Diretora-Geral – TRE/PR

P/ CONTRATANTE

¹ Excepcionalmente poderá ser aceito outro formato.